

UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O CURRÍCULO DE PEDAGOGIA *

Maria Estrela Araújo Fernandes

I. INTRODUÇÃO:

Sinto-me bastante envolvida com o tema que será discutido nesta sessão, pois tive oportunidade de vivenciar uma reformulação curricular no Curso de Pedagogia da UFC, num processo que iniciou em 1982 e perdura até hoje. Está sendo um processo rico, de avanços e recuos como toda prática histórica, mas de muita aprendizagem e reflexão sobre a prática pedagógica do nosso curso. O meu envolvimento foi tal que assumi a coordenação do curso no momento da implementação do novo currículo aprovado, no período de 1987-88, e decidí-me, a partir dessa experiência, a analisar com mais profundidade o curso de pedagogia da UFC através da recuperação da sua história pedagógico-social, fazendo dela o tema da minha dissertação de mestrado.

Considero importante, antes de situar a história da reformulação curricular do curso de pedagogia da UFC, apresentar alguns pontos básicos que são aceitos por vários estudiosos de currículo, e que constituem o pano de fundo de toda a discussão curricular.

Parto da própria concepção de currículo. Faço opção por uma concepção mais abrangente, que entende currículo como uma realidade complexa, envolvendo a vida, a dinâmica da instituição global inserida na história de seu país. Esta concepção se contrapõe à idéia limitada de grade curricular e até mesmo de prática de sala de aula. Currículo vai além, extrapola a relação professor-aluno e as

(*) — Tema apresentado no VIII Encontro Estadual dos Estudantes de Pedagogia (EEEP), em Quixadá (Ceará), no dia 3/06/1989.

paredes institucionais. Currículo não é só o que está escrito, o formal, o avaliável. Currículo é a própria vida, com toda a sua complexidade e abrangência.

Dentro desta idéia, uma reformulação curricular não se limita à mudança de grade curricular e de posturas de professor, mas é todo um movimento de mudança que atinge todos os recantos da vida universitária e os que dela são extrapolados.

Há três *pressupostos básicos* para o processo de reformulação curricular: o primeiro se refere à natureza e motivo da mudança. As mudanças vão de simples adaptações às reestruturações totais. O que determina os limites dessa mudança são os motivos que desencadearam esse processo, traduzidos num diagnóstico da realidade do curso. É importante que a comunidade tenha bem clara esta limitação.

O segundo pressuposto é o perfil do profissional desejado, que é decorrência da filosofia explícita do curso e da realidade sócio-político-econômica vigente. A clareza desse perfil, que tem como pressuposto teórico a concepção do homem e de mundo formulada pelo grupo, é fundamental como pré-requisito para uma estruturação curricular.

O terceiro pressuposto é a mobilização de toda a comunidade envolvida, no processo de discussão curricular. Um currículo é uma vivência coletiva e terá, portanto, que ser assumido por todos.

Para que se inicie esse processo de forma mais conseqüente, é importante, ainda, atentar para os seguintes requisitos:

- Análise global do curso, identificando os pontos de estrangulamento;
- Análise institucional, incluindo o curso na problemática universitária mais ampla, tendo sempre em vista a concepção mais histórica da Universidade;
- Análise do contexto sócio-político-econômico, tendo uma visão mais ampla e crítica da sociedade e suas contradições;
- Análise da integração docente-discente, tendo presente as suas posturas básicas e as relações de poder entre eles, assim como suas visões de mundo e seu grau de envolvimento e participação.

Todas estas análises dependem, basicamente, do referencial teórico que lhe serve de suporte e ela deverá delinear um diagnóstico inicial da realidade do curso. É lógico que, numa visão dialética, estes tópicos são trabalhados de forma relacional e dentro de uma visão de globalidade.

Também há um certo consenso a respeito de *etapas* a serem vivenciadas no processo de organização do documento de reformulação curricular, que são as seguintes:

- Caracterização do perfil do profissional desejado
- Definição da linha filosófica do curso
- Estabelecimento dos objetivos maiores do curso
- Esboço de uma estrutura do conhecimento do curso (áreas mais amplas do conhecimento)
- Montagem da grade curricular
- Elaboração do ementário e do anexo
- Aprovação da proposta.

Baseada nestes pressupostos, requisitos básicos e fluxo de etapas, tentarei historicizar o Processo de Reformulação Curricular que estamos vivenciando no Curso de Pedagogia da UFC, como busca de caminhos para concretizar uma abordagem mais globalizante e crítica do fenômeno e da prática educativa na sua dimensão individual e social.

II. UM POUCO DE HISTÓRIA: A BUSCA DE UM PROCESSO DEMOCRÁTICO

Até a década de 60, os currículos das universidades tinham como "modelo" os da Universidade do Brasil, que deveriam ser seguidos sem modificações, em todas as regiões.

A partir da Lei n.º 4024/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esta centralização vem se atenuando e os níveis regional e local vêm adquirindo, através de suas lutas e conquistas, acesso ao poder de decidir no processo de elaboração do currículo. Atualmente, o currículo é resultado de decisões tomadas em diferentes níveis do sistema educacional.

O movimento em torno da "formação dos Educadores" tomou corpo no início da década de 80, a nível nacional, com uma preocupação de refletir sobre os cursos de formação de professores, influenciado principalmente pelas novas correntes filosófico-pedagógicas surgidas na época, que levaram a questão da educação a uma análise mais consistente, tais como as teorias crítico-reprodutivistas e a teoria crítica da educação. Era preciso repensar a formação dos nossos educadores, diante das novas posturas epistemológicas surgidas, repensando o curso de pedagogia como um dos meios de formação desse novo educador. Vários encontros aconteceram e vários

documentos foram elaborados, como ponto inicial de reflexão e de fundamentação teórico-metodológica.

Um marco importante foi a I CBE (Conferência Brasileira de Educação), realizada em São Paulo, de 31/03 a 03/04/1980, onde foram formados Comitê Central, em Goiânia, e Regionais desse movimento, inclusive com independência total do MEC que, agindo paralelamente, não levava em consideração, em suas decisões, as reflexões feitas pelos educadores em geral. Foi constituída, posteriormente, a Comissão Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, da qual a UFC participou de forma efetiva (*).

A partir dos fins de 1984, a FACED (**), assumiu, através da Coordenação do Curso de Pedagogia (gestão 85-86) (***), cuja coordenadora era a Prof.^a Maria Nobre Damasceno, um processo mais direcionado para a sua própria realidade, com o propósito de tentar experimentar uma proposta específica e concreta baseada nos resultados das reflexões a nível nacional e estadual. Nessa ocasião foi feito um apanhado de todos os documentos elaborados sobre esta questão e foi organizado um dossiê que serviu de base teórica para os debates que se seguiram na Faculdade, a partir de então.

Concomitante aos estudos, foram aplicados, em 1985, questionários de identificação de pontos de estrangulamento do currículo em vigência e de delineamento do profissional que se pretendia formar. Os resultados desses questionários, respondidos por alunos e professores, foram apresentados em painel num Seminário programado para desencadear o processo de reformulação curricular do curso de pedagogia da FACED.

Também é importante citar que, nessa ocasião, foram programados encontros com professores envolvidos nesta questão, como o Prof. Jamil Cury e Miguel Arroyo.

No princípio de 1986, a equipe de Coordenação do Curso de Pedagogia elaborou uma versão preliminar da Proposta Curricular, através de um documento mais específico, contendo a fundamentação e os objetivos, que deveria servir de base aos debates que foram posteriormente realizados em todos os colegiados, tais como: coordenação de curso, unidades curriculares, departamentos, assembleias,

(*) — Participaram da Comissão Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, representando a UFC, as professoras Rosemary Conti Furtado e Maria Susana Vasconcelos Jimenez.

(**) — FACED é a sigla adotada para a Faculdade de Educação da UFC.

(***) — Na época, a equipe de coordenação se compunha dos seguintes professores: Maria Nobre Damasceno, Maria Silene Barrocas Tavares, Rosemary Conti Furtado, Maria Estrela Araújo Fernandes, Maria de Lourdes Ferreira Lima.

grupos de estudo e C.A. Em todos esses níveis de discussão estavam presentes alunos e professores.

Como norma fundamental do grupo, ficou determinada a Assembléia como o espaço maior de deliberação final da Proposta. Os estudos seriam feitos nos vários colegiados, mas as deliberações maiores só poderiam ser tomadas em assembleia. Foi assim que aprovamos, em princípio, a fundamentação e os objetivos do curso, definindo o tipo de educação que acreditávamos; o papel do educador e o curso de pedagogia que atenderia a esse perfil. Este momento processou-se de forma consensual, sem ter havido muitas divergências em relação ao tronco de fundamentação do curso. Hoje questiono se realmente os fundamentos teóricos foram bem aceitos, pois eles pouco conseguiram se concretizar, na prática.

O passo seguinte foi o de esboço de uma estrutura do conhecimento, através da elaboração das linhas básicas por área de conhecimento: como cada área deveria trabalhar para formar o educador delineado na fundamentação. As áreas de Psicologia, Filosofia, Metodologia, Sociologia, Educação Brasileira, Estudos Especiais etc., teriam, a partir das linhas básicas, que sugerir as disciplinas e a carga horária necessária a cada uma delas. É importante citar que, nesse momento, tivemos um obstáculo que dificultou o trabalho: a pressa na delimitação da grade curricular que alguns professores apresentaram, quase atrapalhando a etapa anterior de formulação das linhas básicas por área. Como estratégia, a equipe de coordenação se propôs a trabalhar na grade escolar concomitantemente aos grupos, de forma que, na Assembléia, foram apresentados os dois resultados.

O momento de elaboração do ementário foi muito rico, embora muito sofrido. Basicamente as ementas eram trabalhadas em grupo por disciplina, mas cada ementa era avaliada e aprovada pela Assembléia que propunha, quando necessário, reformulações que deveriam ser feitas pelo grupo e novamente apresentadas na Assembléia seguinte. Lembro-me que houve ementas que foram reformuladas até 3 ou 4 vezes. Considero este o momento de maior pique das discussões, mas foram essas discussões que asseguraram a coerência do ementário.

Por fim, o documento total com fundamentação, objetivos, grade curricular, ementário foi aprovado, assim como a definição das novas unidades curriculares que se formavam a partir da nova proposta. Este documento foi enviado a todos os Departamentos para fazer sua aprovação oficial, ao Conselho Departamental que teve que elaborar um anexo — Exigência do CEPE — Conselho de Ensino-Pesquisa e Extensão, que por fim fez sua aprovação seguida

de recomendações, possibilitando a sua implementação a partir de 87.2. O documento foi aprovado pelo CEPE no dia 23/03/1987 e, posteriormente, enviado ao Conselho Federal de Educação.

Avaliando, podemos dizer que tentamos vivenciar um processo democrático, de muita discussão e participação, e que o próprio grupo construiu o processo, suas etapas e seus momentos. As discussões eram, de modo geral, calorosas, às vezes com grande emocionalidade decorrente do envolvimento dos participantes. Um processo de sofrimentos, de recuos e avanços, mas de grande aprendizagem. Aprendemos, sobretudo, a conviver na pluralidade e, como isto não é fácil, pessoas saíram magoadas, desistentes e sem assumir o currículo como seu, embora as tentativas tenham sido de coletivizar. O processo, entretanto, continua, e com ele, os recuos e avanços. É importante registrar, também que esse processo precisa ter a liderança de um grupo que encabece a sua sistematização e provoque as discussões, comandando os encontros e o fluxo de trabalho. Tem que ser um processo organizado, pois não acreditamos no espontaneísmo.

A partir de 87.2 a proposta foi implementada, gradativamente, estando hoje vigente em 4 semestres curriculares. O processo de implementação também precisa ser cuidadoso para não estagnar o nível de debates e estudos; para fazer as adaptações acadêmicas; e para criar um ambiente total propício à reformulação. Tivemos que tomar algumas providências importantes para esse período:

- Transferência do BÁSICO para a FACED;
- Acompanhamento dos professores através de reuniões por semestre curricular;
- Realização de seminários para professores e alunos sobre "Relação Teoria-Prática", coordenados pelos professores Ildeu Coelho e Manfredo Oliveira e sobre o "Trabalho como princípio Educativo", coordenado pelo Prof. Paulo Nosella;
- Realização de Momentos Culturais e Oficinas Educacionais, complementares às aulas;
- Recuperação da função pedagógica da Coordenação de Curso, através de projetos coerentes com a proposta curricular;
- Abertura das disciplinas optativas do currículo novo para alunos do currículo antigo.

Como avaliação desse processo, além das reuniões por semestre curricular, fizemos, ao final de cada semestre letivo, encontros com alunos e professores do Currículo novo, onde foram dados depoimentos sobre a prática, dificuldades e ganhos. Estas avaliações ti-

veram sempre como referencial os pontos básicos da proposta curricular. Também está sendo organizado um programa sistemático de avaliação do curso, dentro desse referencial, cuja fase de experimentação já aconteceu em 87.2 e 88.2. Todos os resultados das avaliações foram documentados e levados à comunidade para discussão.

III — CONHECENDO AS LINHAS TEÓRICAS BÁSICAS DA PROPOSTA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC

Podemos resumir os fundamentos da Proposta Curricular em quatro pontos básicos, nos quais se concentram todo o referencial teórico-metodológico da Proposta:

O primeiro é a *opção pela Escola Pública e Gratuita*, baseada na "compreensão da escola enquanto *instituição social* encarregada da socialização do saber produzido pela humanidade e na luta da população visando universalizar uma escola de qualidade para todos" (1-fl.1). Como vemos, esta opção tem um cunho filosófico — "Educação é direito de todos e dever do Estado" e tem um cunho político — a escola é uma "instituição social", portanto deverá ser pública e gratuita. Esta opção torna-se mais forte quando se trata de um curso pertencente a uma Universidade Pública (UFC). É importante aqui, não confundir público com o simplesmente estatal. Sua concepção é bem mais ampla e o que a caracteriza é a definição de qual escola e a quem deverá servir; é a sua universalização de acesso e a busca de qualidade: "universalizar uma escola de qualidade para todos". O curso de pedagogia, portanto, deverá formar o "educador capaz de participar efetivamente do processo de criação de uma escola democrática, que responda aos interesses da maioria da população" e "que compreenda a sociedade e a educação brasileiras, sobretudo a escola pública, enquanto realidade concreta inserida num contexto histórico e social específico (1-fl. 2).

O segundo ponto refere-se à *formação do educador crítico e comprometido com a transformação da realidade social*, necessitando para isto de "uma sólida fundamentação teórico-metodológica que o permita realizar uma leitura crítica das diversas teorias que interpretam a realidade, num esforço de distinguir entre as mesmas, aquelas que traduzam de forma mais científica a realidade" (1-fl.4). É que possa ter uma compreensão mais globalizante da realidade social

(1) Documento da Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFC. Fortaleza, 1986.

e educacional, brasileira e nordestina. Assim, a licenciatura em pedagogia "deve assegurar aos futuros professores uma sólida formação que lhes permita lecionar com competência, o que implica na compreensão da educação brasileira, no conhecimento do desenvolvimento e da aprendizagem humanos, no aperfeiçoamento pessoal, no domínio dos conteúdos e das metodologias específicas de sua área de atuação" (1-fl.2).

O terceiro marco teórico da proposta é a *formação do Educador-Professor*, que deverá superar a fragmentação entre o pensar, ser e fazer na educação e a hierarquização do trabalho pedagógico, atuando, basicamente, como docente nas áreas de: pré-escolar, séries iniciais do 1.º grau, curso pedagógico do 2.º grau, educação de adultos e educação especial. Com este ponto fica bem claro, que o curso de pedagogia formará basicamente o docente e não o especialista (embora tenham sido asseguradas as habilitações de supervisor, administrador e orientador até nova decisão) e que as suas áreas de atuação se ampliaram.

Por fim, poderíamos destacar como eixo epistemológico da proposta, a *"relação entre teoria e prática"*, tentando superar a concepção utilitária da prática, se contrapondo com a teoria, o que decorreria numa "prática esvaziada dos embasamentos teóricos e numa teoria descamprometida com as mudanças que só podem se efetivar através da prática. Tal postura tem como consequência um empirismo ingênuo onde os fatos se apresentam como verdades inquestionáveis" (1- fl. 3). A prática é, portanto, o suporte da teoria e a teoria é o referencial explicativo da prática, podendo ela prolongar e aprofundar a prática, ou então negá-la. Nessa ótica, as disciplinas são pluridimensionadas em termos teóricos e práticos, sendo falsa a dicotomização entre disciplinas teóricas (filosofia, sociologia, etc.) e práticas (metodologias, estágios etc.).

Enfim, a proposta do curso de pedagogia da UFC visa uma "formação profissional ligada às raízes histórico-sociais, econômicas, políticas e culturais, voltada para a compreensão dos problemas, sobretudo educacionais, nordestinos e brasileiros" (1. fl. 4).

IV. PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NA GRADE

CURRICULAR:

Decorrente desta nova visão de educação, a grade curricular vigente até então, tornou-se defasada. Foi necessário, então, mexer com algumas áreas críticas, incluir novos programas e aumentar/di-

minuir carga horária. Sinteticamente podemos abordar algumas mudanças que se fizeram necessárias:

- Maior carga horária para as áreas de Filosofia e Sociologia, dado serem essas áreas as responsáveis pela maior defasagem de fundamentação;
- União entre conteúdo/método nas disciplinas metodológicas, passando-se a ter O Ensino da Linguagem; o Ensino da Geografia e História; o Ensino da Matemática; o Ensino das Ciências. Isto se deveu, fundamentalmente, à carência de conteúdo nessas áreas, entre nossos alunos e à concepção de que metodologia só tem sentido se ligada ao conteúdo.
- Inclusão dos Projetos Especiais — "O Projeto Especial é uma atividade de cunho educativo que visa auxiliar o estudante a integrar teoria/prática e a buscar as vinculações entre ensino, pesquisa e extensão. Esta atividade será desenvolvida a partir do 2.º semestre até o 7.º totalizando 24 créditos e procurará articular o conteúdo trabalhado pelo bloco de disciplinas do semestre, com a prática sócio-educativa (realidade), culminando com um trabalho escrito (relatório de pesquisa)" (1- fl. 14).
- Inclusão das áreas de aprofundamento, tais como: educação pré-escolar, educação especial e educação de adultos, como áreas optativas.
- Organização curricular por blocos de disciplinas por semestre, procurando adotar um mecanismo de articulação horizontal do currículo, através de um trabalho integrado contando com o empenho principalmente dos Projetos Especiais.
- Aumento das disciplinas optativas e redução das obrigatórias. Partimos de um currículo de 160 créditos, todos obrigatórios, incluindo EPB e Educação Física, para uma composição mais flexível de 208 créditos totais, sendo 180 obrigatórios e 28 optativos. compreendendo nessa obrigatoriedade a opção pelas disciplinas de um determinado núcleo de concentração. O curso total teve aumento de um semestre letivo. O leque de disciplinas optativas aumentou em número e diversidade.
- Inclusão de Seminários I e II, que é um espaço que pode ser preenchido por temas diversos escolhidos pelos alunos a cada semestre letivo, ministrado para turmas de até 15 alunos, dando direito a 2 créditos para cada seminário.

V. COMO AVALIAMOS NOSSA EXPERIÊNCIA DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR (*)

No contexto geral da vivência do novo currículo, temos sentido que, em certos aspectos houve avanço, mas em outros ainda estamos engatinhando. Na nossa percepção, avançamos com as experiências de:

- Projetos Especiais — principalmente pela “busca de construção do saber coletivo” (*)
- Integração do BÁSICO ao Curso de Pedagogia — os alunos sentem-se mais envolvidos ao curso e à Universidade desde o 1.º semestre, principalmente, por causa do Seminário de Introdução ao Curso de Pedagogia realizado na primeira semana de aula. Esta experiência tem servido de exemplo para outros cursos da Universidade e para uma possível mudança estrutural nesse aspecto;
- Estágio integrado de Pedagogia e Licenciaturas numa Escola — Apesar da reformulação curricular não ter atingido o semestre de estágio, o clima de mudança levou os professores a elaborarem um projeto, mesmo atingindo os alunos do currículo antigo, de estágio integrado, que, embora em caráter experimental, já vem trazendo efeitos positivos. (**);
- Ofertas de disciplinas optativas do currículo novo, para alunos do currículo antigo. Isto é um resultado da compreensão mais abrangente de currículo, não limitando a um grupo ou a determinadas atividades, mas englobando toda a vivência da instituição;
- Organização do grupo de monitoria. Os alunos-monitores se organizaram e sistematizaram sua ação na FACED, destacando-se como um grupo preocupado com a construção de um saber qualitativo da faculdade;
- O Projeto de Extensão Pró-docente Rural, que embora não seja um reflexo direto da reformulação curricular, apresen-

(*) — Estes dados foram tirados das avaliações feitas ao longo do processo.

(*) — A equipe de professores que atua nos Projetos especiais está documentando toda sua experiência, pretendendo publicar essa prática como elemento de análise de uma nova postura pedagógica.

(**) — A atual Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFC Profa. Maria de Lourdes Peixoto Brandão, está muito envolvida neste projeto.

ta-se hoje como uma experiência válida e comprometida com as propostas teóricas do novo currículo. (***)

- O Coral da FACED — como consequência da disciplina optativa “Arte e Educação”, determinando um novo clima e uma nova visão de relação entre arte e educação (****).
- As Oficinas Educacionais e os Momentos Culturais — que são experiências extra sala de aula de enriquecimentos cultural e profissional que têm ampliado sobremaneira a ação pedagógica da FACED, inclusive a relação Universidade-Comunidade (*);
- A organização dos bolsistas de iniciação científica — como consequência da preocupação de intensificar e qualificar a pesquisa em educação na faculdade. Foi criada uma Coordenação de Pesquisa e todo um programa de sistematização da mesma, incluindo os alunos de graduação e pós-graduação;
- As mudanças das posturas pedagógicas de muitos professores. Sente-se um clima de “busca”, de mais estudo, de mais reflexão e discussão entre os professores, e até, de novas experimentações. Uma vontade coletiva de “partir para o novo” (**);
- Processo de democratização das eleições. É uma conquista paralela à reformulação curricular, mas que tem muito a ver com ela. É a vivência na comunidade universitária, dos princípios democráticos defendidos pela Proposta. A FACED já tem uma história de conquistas neste aspecto, para eleições de Diretor, Chefe de Departamento e Coordenadores de Curso, com a participação de alunos, professores e funcionários;
- Preocupação em documentar a história da FACED. Sente-se um clima incentivador para se escrever mais sobre as experiências vivenciadas e documentá-las;
- Maior integração da FACED com a comunidade, através dos Projetos de Extensão, tais como: Universidade/Prefeitura; pró-docente rural; projeto do Estágio integrado etc.

(***) — O pró-docente é uma experiência que data de 1979 e já foi avaliada e documentada.

(****) — A Prof. Izaíra Silvino, principal responsável por esta área na FACED, está dedicando a sua dissertação de Mestrado a esta questão.

(*) — As Oficinas e Momentos Culturais fazem parte de um projeto da Coordenação de Pedagogia, integrado com o C.A. Paulo Freire e que teve início na gestão 87-88.

(**) — Há, na FACED, grupos sistemáticos de leituras formados por professores, por alunos de graduação e de pós-graduação.

— Avaliação sistemática do curso. Existe uma preocupação na avaliação mais organizada do curso como elemento importante de reflexão e acompanhamento da reformulação curricular. Há uma proposta, iniciada pela Coordenação do Curso de Pedagogia — gestão 87-88, que está em fase de experimentação.

Enfim, sentimos que a Reformulação Curricular trouxe ao curso de Pedagogia mais dinamismo e reflexão, embora estejamos preocupados com o ativismo que já está ocorrendo como decorrência dessa mudança.

É importante ter em mente que, todos esses avanços citados são emergentes, não definitivos como poderia parecer numa descrição desse tipo. Conseqüentemente são resultado de um processo bem contraditório, de busca de novos caminhos, de busca de alternativas. Ao lado deles encontramos fatos opostos que, numa descrição linear poderiam parecer incoerentes. Temos consciência das limitações existentes e dos pontos que necessitam ser trabalhados com muita seriedade. Podemos citar alguns desses pontos:

- Implementação *coletiva* do currículo novo, através da integração das disciplinas (reforçar as reuniões por semestre); compromisso real do corpo docente com as linhas teóricas da proposta; convivência com o pluralismo ideológico; e abertura aos reajustes progressivos necessários.
- Estudo sobre a Reforma Estrutural da FACED/UFC que tente repensar a estruturação dos departamentos e das coordenações de curso, com suas Unidades Curriculares.
- Estudo sobre Curso Noturno de Pedagogia, dando segmento a um projeto iniciado por uma Comissão de Professores e Alunos. O curso noturno é uma exigência da democratização da Universidade.
- Definição sobre as Habilitações Educacionais, dando prosseguimento aos debates sobre esta questão. (*)

(*) — Há, na Faculdade, três tendências de pensamento sobre esta questão: a primeira — defende a idéia da reforma do currículo das habilitações, devendo continuar a nível de graduação; a segunda — sugere a transferência da formação do supervisor escolar, orientador educacional e administrador escolar para o nível de especialização (Pós-graduação); e a terceira tendência entende que a formação do educador deverá ser globalizada, ao ponto que o formado em pedagogia possa assumir qualquer função na escola, desde que seja escolhido pela comunidade. Esta última tendência sugere a retirada das habilitações, mantendo contanto o estudo globalizado das suas funções.

- Ampliação e implementação do Sistema de Avaliação do Curso de Pedagogia. (**)
- Preparação de um arquivo histórico da FACED.
- Fortificação da prática do debate democrático, através da regulamentação das Assembléias. (***)
- Criação de espaços de reflexão pedagógica, onde se possa trocar experiências, analisar relatórios e documentos pedagógicos etc.
- Plano de capacitação docente para a competência no novo currículo.

VI. CONCLUSÕES:

Diante desta nossa vivência podemos chegar, agora, a alguns pontos conclusivos que não são definitivos, podendo ser posteriormente reformulados com a clareza que teremos, decorrente da experiência que prossegue. Entretanto, algumas idéias já se tornaram bem explícitas, nesta nossa prática. Tentarei, a seguir, enumerar algumas delas:

1. O currículo não é uma proposta ideal, mas uma proposta *possível*, sendo ela limitada pelas condições do real e necessitando de posturas de "paciência histórica".
2. O currículo é uma *construção histórica*, dinâmica, viva, daí está aberto sempre a modificações.
3. O currículo é uma *construção coletiva*, tendo toda a comunidade (corpo docente, discente e administrativo) que se envolver e aprender no próprio processo.
4. Uma reformulação curricular extrapola o pedagógico e a faculdade, implicando em reformulações estruturais mais amplas (UFC, Sistema Educacional e Econômico).
5. A "Paxis curricular" é bem mais complexa e contraditória do que a proposta teórica.

(**) — Este sistema está sendo documentado na dissertação de mestrado da Profa. Maria Estréla Araújo Fernandes.

(***) — Existe um projeto já elaborado pelo pesquisador José Ferreira de Alencar, funcionário da FACED, sobre a regulamentação das Assembléias da FACED, elaborado em 1988 e publicado no Jornal *Educação-Notícias*.

Relatei aqui uma vivência que não terminou, mas que já imprimiu um caráter de NOVO no Curso de Pedagogia da UFC. (*). Mas, ainda há muito o que fazer...

VII. BIBLIOGRAFIA

1. Documento da Proposta de Reformulação do Currículo de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Faculdade de Educação, 1986.
2. FERNANDES, Joaquim Fernando Pimentel — Pressupostos para uma proposta de Refomulação Curricular numa Instituição de Ensino Superior. IN: *Revista Educação em Debate*. n.º 10. Fortaleza, Edições UFC 2.º semestre de 1985.
3. MOULIN, Nelly — Níveis de decisão na elaboração do currículo. IN: *Revista Temas de Educação*. n.º 2. Revista do Curso de Mestrado em Educação UERJ. Rio de Janeiro, produção CEP/UERJ, Janeiro/abril 1987.
4. SILVA, Jefferson Ildefonso — Ação Conjunta na formulação de propostas de formação do Educador. IN: *Caderno do CEDES*. n.º 2. A Formação do Educador em Debate. Cortez, Editores Associados/CEDES Ano I, 1981. pp. 6 a 8.

(*) Esta vivência de Reformulação Curricular abrangeu, até agora as seguintes gestões de Coordenação do Curso de Pedagogia da UFC:
1983-1984 — Profa. Rosemary Conti Furtado
1985-1986 — Profa. Maria Nobre Damasceno
1987-1988 — Profa. Maria Estrêla Araújo Fernandes.
1989-1990 — Profa. Maria de Lourdes Peixoto Brandão.